

**PROCEDÊNCIA:** Câmara Municipal de Primavera de Rondônia – Poder Legislativo.

**EMENTA:** Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e dá outras providências.

**I. DO RELATÓRIO:**

O presente parecer tem como objetivo analisar a proposta de abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, conforme o disposto no Projeto de Lei nº 027/2025, encaminhado pelo Executivo Municipal de Primavera de Rondônia.

O referido projeto visa autorizar a suplementação do orçamento municipal em R\$ 64.809,91 (sessenta e quatro mil oitocentos e nove reais e noventa e um centavos), destinados a suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU), especificamente para a manutenção de suas atividades.

Denota-se que a fonte dos recursos para esta suplementação será o superávit financeiro apurado no balanço orçamentário do exercício de 2024, conforme as disposições da Lei nº 4.320/1964.

Assim, a proposta visa atender às necessidades de manutenção da saúde pública municipal, conforme os parâmetros estabelecidos no projeto.

Passo a análise jurídica.

**II. PRELIMINARMENTE:**

Oportuno lembrar que este parecer é opinativo, tratando-se de uma análise que se limita, apenas, ao aspecto formal do pleito em questão, não tendo a pretensão de averiguar os aspectos discricionários da oportunidade e conveniência, da mesma forma que não compete à assessoria jurídica posicionar-se em relação aos aspectos econômicos do caso.

Frisa-se, portanto, que o presente parecer fará a análise estritamente jurídica do feito, e abrangendo tão somente os aspectos legais e formais para a regular instrução processual.

**III. DA FUNDAMENTAÇÃO:**

**a. DA COMPETÊNCIA:**

Os projetos de abertura de crédito ao orçamento municipal, são de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República, e no art. 8, inciso I, da Lei Orgânica Municipal do Município de Primavera de Rondônia.

A iniciativa é de caráter privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 93, inciso III, da referida Lei Orgânica.

**Quanto a competência, a assessoria jurídica OPINA favorável a tramitação quando iniciado pelo chefe do Poder Executivo Municipal.**

**b. DA LEGISLAÇÃO FEDERAL VIGENTE:**

O sistema orçamentário estabelecido pela Constituição Federal tem como principal objetivo garantir o controle adequado dos recursos públicos e assegurar o equilíbrio orçamentário.

Para atingir essas metas, a Constituição, como norma máxima do ordenamento jurídico brasileiro, introduziu no Art. 167 uma série de vedações orçamentárias:

Art. 167. São vedados:  
(...)  
V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Com efeito, essas restrições visam impedir práticas que possam comprometer a gestão responsável dos recursos públicos ou desequilibrar o orçamento.

Com efeito, a possibilidade da abertura de Crédito Adicional Especial, está contida nos incisos II do art. 41 da Lei Federal 4.320/64, que assim preceitua:

**Art. 41.** Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a refôrço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Dessa forma, ao impor limites às ações do Poder Executivo, os dispositivos mencionados têm como objetivo restringir os gastos públicos ao que foi previamente aprovado no orçamento, de modo que esse controle reforça a importância do orçamento, uma vez que exige autorização legislativa para a abertura de créditos que não estejam previstos no orçamento vigente.

A União, no exercício de sua competência para editar normas gerais, promulgou a Lei Nacional nº 4.320, de 1964, recepcionada materialmente pela Constituição Federal de 1988 com status de Lei Complementar.

Assim sendo, essa legislação, nos artigos 40 a 46, dispõe sobre os Créditos Adicionais, gênero que inclui, como espécie, os Créditos Suplementares.

Conforme o artigo 40 da referida norma, consideram-se créditos adicionais “as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”. Em outras palavras, créditos adicionais são destinados a cobrir despesas que não estavam inicialmente previstas ou que excederam o valor anteriormente estabelecido no orçamento.

O crédito adicional especial destina-se a despesas para as quais não exista dotação orçamentária específica. Isso ocorre quando, por exemplo, o município não prevê, no orçamento, determinado gasto e, diante da necessidade, cria-se um crédito especial, incorporando essa verba ao orçamento vigente para atender à nova obrigação pactuada.

Já o crédito adicional suplementar é utilizado quando existe dotação orçamentária específica para a despesa, mas se faz necessário reforçar o orçamento para atender a um fim determinado.

Por conseguinte, o Princípio da Legalidade estabelece que a abertura de créditos dessa natureza está condicionada à autorização legislativa, conforme disposto no artigo 167, inciso V, da Constituição Federal de 1988, bem como no artigo 42 da Lei nº 4.320.

De acordo com o **artigo 42** da mesma lei, tais créditos devem ser **autorizados por lei e abertos por decreto executivo**, exigindo-se a **indicação da fonte de recursos disponíveis** para sua cobertura.

Além disso, a abertura desses créditos deve ser precedida de justificativa e da comprovação da existência de recursos disponíveis, nos termos do artigo 43 da mesma lei:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

**III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;** (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 2º Entende-se por superavit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a êles vinculadas. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

No presente caso, a suplementação proposta destina-se ao reforço das atividades da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU), uma área prioritária da administração pública municipal.

Infere-se que a fonte de recursos para o crédito adicional suplementar será o superávit financeiro apurado no exercício de 2024, conforme disposto no artigo 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/1964.

Assim, o superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro do Município, resultante de um balanço patrimonial positivo, o que legitima a utilização desses recursos para a suplementação orçamentária.

*Tout court.*

**IV. CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, este parecer é favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 027/2025, considerando que a proposta está em conformidade com as normas orçamentárias e financeiras previstas na Constituição Federal e na Lei nº 4.320/1964.

Com efeito, a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, como autorizado pelo Projeto de Lei, é legítima, estando devidamente respaldada pela legislação vigente.

Recomenda-se, portanto, a aprovação do Projeto de Lei nº 027/2025, uma vez que a proposta visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, promovendo a melhoria dos serviços públicos de saúde para a população.

**É o parecer. S.M.J.**

Porto Velho/RO, 24 de abril de 2025.

LEONARDO FALCAO  
RIBEIRO:009414565  
28

Assinado de forma digital por  
LEONARDO FALCAO  
RIBEIRO:00941456528  
Dados: 2025.04.24 09:23:57  
-04'00'

**Leonardo Falcão Ribeiro**  
**OAB/RO n. 5.408**

**Stéffano Gustavo de Carvalho Rodrigues**  
**OAB/RO n. 12.734**

IFR